

Professora Luciana Teixeira - Professora orientadora (filosofia)¹
Jhully Emanuele Dos Santos Bernardes - Debatedora (capitã)²
Letícia Garcez Taveira Brasil - Debatedora³
Ana Luísa Galante - Debatedora⁴
Júlia Ferreira Silva - Debatedora⁵
Lucca Gabarron Freitas - Debatedor⁶
Érico Presas Michaltchuk - Debatedor⁷
Alicia Manuela Silva de Oliveira - Debatedora⁸
Lavínia De Holleben - Debatedora⁹
Giovanna Pinheiro Ventorin - Debatedora¹⁰
Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski - Debatedor¹¹
Emanuelle Dornelas Queiroz - Debatedora (pesquisa)¹²
Mariane Ferreira da Silva - Debatedora (pesquisa)¹³
Rebeca Pereira da Silva - Debatedora (pesquisa)¹⁴
Eduarda Azevedo Birsneek - Debatedora (pesquisa)¹⁵

PROJETO DEBATEDORES NOTA 1000

O projeto consiste em uma iniciativa educacional que prepara estudantes da rede pública do Paraná para o ENEM por meio do desenvolvimento da oratória, pensamento crítico, trabalho em equipe e de técnicas de argumentação. O projeto é organizado pelo Instituto Eureka em parceria com a Fundação Wilson Picler, o Grupo Uninter e apoio da Escola do Legislativo do Paraná. Tem como objetivo estimular o repertório socioeconômico e a expressão oral em formato de debates estruturados, simulando a exigência da redação do ENEM, para preparar os participantes para ela. A dinâmica dos debates é bem simples, as equipes, de cada escola selecionada, recebem um tema previamente e constroem duas teses, favorável e contrária, porém a posição defendida pela equipe só será decidida na hora do confronto por meio de sorteio.

¹ Professor de Filosofia do Colégio Estadual do Paraná.

² Estudante do Ensino Médio da turma 3ºE.

³ Estudante do Ensino Médio da turma 3º P.

⁴ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºE.

⁵ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºB

⁶ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºF.

⁷ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºN.

⁸ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºTT.

⁹ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºF.

¹⁰ Estudante do Ensino Médio da turma 3ºA.

¹¹ Estudante do Ensino Médio da turma 3ºA.

¹² Estudante do Ensino Médio da turma 2ºK.

¹³ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºF.

¹⁴ Estudante do Ensino Médio da turma 3ºP.

¹⁵ Estudante do Ensino Médio da turma 2ºD.

CONSTRUÇÃO DAS TESES: COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

A equipe do Colégio Estadual do Paraná, famoso CEP, desenvolvem suas tese por meio de pesquisas prévias do tema, que incluem, artigos científicos, obras literárias, estudiosos da área da filosofia, sociologia, antropologia, política, entre outros, músicas, dados com fontes confiáveis e poemas. Dando prioridade para nomes brasileiros, para trazer representatividade cultural. Após todo esse processo, a equipe foca em filtrar as pesquisas mais interessantes e relevantes para o tema, selecionam o melhor do material para então construir a futura tese, nessa etapa, também é decidido, em conjunto, o que cada debatedor irá fazer, dividindo 4 membros da equipe para realizar cada parte da tese, introdução, réplica, tréplica e conclusão, seguindo essa mesma lógica para ambas as teses, favorável e contrária.

Logo após essa etapa, é dado um prazo para os debatedores escreverem suas teses, todas as teses são corrigidas pela capitã da equipe, que analisa coerência, argumentação, repertório, escrita e as exigências de cada parte da tese, como a conclusão que deve ter proposta de intervenção. Após todas as teses corrigidas elas são enviadas para a professora orientadora que realiza as impressões do material, assim são distribuídas entre os participantes. Finalmente a equipe começa a ensaiar as falas para o debate, todos os ensaios dirigidos pela professora orientadora da equipe. Após todos esses processos é chegado o dia do debate e receber os resultados desse trabalho que é realizado em aproximadamente um mês.

TEMA 1- O VOTO NO BRASIL DEVE SER OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO?

TESE A FAVOR - DEVE SER OBRIGATÓRIO

INTRODUÇÃO

Com ascensão da democracia em nosso país o debate sobre o voto no Brasil se mantém mais ativo do que nunca – a participação da população ser garantida nas épocas de eleição demonstra o que Alexis de Tocqueville escreveu em sua obra “*A Democracia na América*” de 1835 e 1840, onde estuda como a igualdade influencia a sociedade.

Mesmo retratando a sociedade política dos EUA, suas ideias continuam atuais e constantes em debates principalmente acerca da política Brasileira.

Uma frase que reitera esse pensamento é:

“A democracia depende da participação ativa dos cidadãos.” Alexis de Tocqueville - A Democracia na América.

Sob essa ótica, na obra *“Economia e Sociedade”*, a ação social é aquela orientada pelos outros e dotada de sentido, o que permite compreender o voto como uma prática essencial de participação coletiva – um dos fundadores da sociologia Max Weber defendia a democracia procedimental, baseada na seleção de líderes pelas massas e não minorias. Ele via o perigo da "democracia sem líderes" e, por isso, valorizava o líder plebiscitário, alguém capaz de angariar votos e ter legitimidade popular, o que exige participação.

Segundo Pierre Bourdieu, o capital cultural influencia diretamente a capacidade de participação política dos indivíduos. Nesse contexto, o voto facultativo tende a aprofundar desigualdades já existentes, enquanto o voto obrigatório atua como um mecanismo de inclusão democrática, garantindo que diferentes grupos sociais estejam representados.

Com isso, concluímos que para uma democracia funcionar com êxito a participação de todas as massas é necessária – entretanto essa base política para a participação política não é dada a todos.

A desigualdade não é só econômica — ela também é simbólica e cultural, e isso afeta diretamente quem participa da política.

Assim, a obrigatoriedade do voto não restringe a liberdade, mas amplia a legitimidade do sistema democrático.

Lavínia De Holleben

RÉPLICA

Bom dia, aos jurados e a todos aqui presentes;

É preciso entender que o voto não pode ser reduzido a uma simples escolha individual. Ele é, antes de tudo, um compromisso coletivo. Como afirma o sociólogo

francês Émile Durkheim, a sociedade é estruturada por fatos sociais - normas que se impõem aos indivíduos e garantem para que possamos viver juntos em equilíbrio. Nesse sentido, o voto obrigatório não é uma imposição arbitrária, mas um mecanismo que assegura que todos participem da construção democrática.

Não podemos ignorar as desigualdades estruturais da nossa sociedade. O sociólogo Pierre Bourdieu demonstra isso ao desenvolver o conceito de capital cultural: nem todos têm o mesmo acesso à informação e à formação política. Em um cenário como esse, tornar o voto facultativo significa, na prática, silenciar aqueles que já têm menos voz. No Brasil que vivi na pele as desigualdades, tornar o voto facultativo é premiar a exclusão..

E essa exclusão não é teórica, ela faz parte da nossa história. Entre 1964 e 1985, durante a ditadura militar, a participação política foi limitada e controlada. Afinal, o voto obrigatório não nasceu da vontade de controlar o cidadão, mas do medo de que o silêncio imposto pelo autoritarismo voltasse a ser a regra. Ele surge para garantir que a população nunca mais seja afastada das decisões que moldam seu próprio destino. Essa participação é o que sustenta aquilo que o cientista político Robert Dahl chama de poliarquia: um sistema em que a democracia só existe plenamente quando há inclusão e participação ampla da população.

Essa lógica já foi denunciada na obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, escrita pelo jurista e cientista político Victor Nunes Leal em 1948. O livro oferece uma perspectiva histórica do voto no Brasil, mostrando que ele não é apenas uma escolha individual, mas uma ferramenta de libertação social, um meio de romper com estruturas de dominação que marcaram nossa formação política. O voto, portanto, é o elo entre o cidadão e a nação.

E como canta Gonzaguinha: *“Há quem fale que a vida da gente é um nada no mundo... você diz que é luta e prazer... ele diz que a vida da gente é viver.”* A democracia é participação, é luta e, acima de tudo, é responsabilidade compartilhada. Por isso devemos lutar, lutar pelos nossos direitos para que o governo não possa nos ignorar.

Gostaria de encerrar meu discurso com a seguinte reflexão: votar, seja qual for a escolha, não nos impede de nos molharmos com a chuva das consequências políticas, mas não votar é abdicar do seu papel e transferir a responsabilidade coletiva para poucos, que muitas vezes não conhecem a sua realidade. Que não permitamos que o silêncio das urnas se torne, amanhã, o barulho ensurdecedor do nosso arrependimento.

Muito obrigado.

Letícia Garcez Taveira Brasil

TRÉPLICA

Ademais, o voto facultativo defendido pela outra equipe representaria um aprofundamento das desigualdades. Sob a ótica do conceito de capital cultural de Pierre Bourdieu, a elite econômica detém, além do capital econômico, o capital cultural, ou seja, acesso privilegiado à cultura, à intelectualidade e à literatura. Portanto, essa classe tende a receber, desde cedo, incentivo ao voto, participação no debate público e desenvolvimento do pensamento crítico. Como consequência, o processo eleitoral passaria por um processo de elitização: enquanto a parcela mais favorecida economicamente compareceria às urnas, a população mais pobre tenderia à abstenção. Isso aprofundaria as desigualdades sociais, pois a elite votaria prioritariamente em defesa de seus próprios interesses, ampliando seu capital e acirrando o antagonismo entre classes. Nesse sentido, Thomas Marshall, em *Cidadania e Classe Social*, compreende que garantir a plena cidadania exige mais do que a mera concessão formal de direitos: é necessário assegurar as condições concretas para que sejam exercidos. Como demonstrado, o voto facultativo apenas iria elitizar o processo político, ao passo que o voto obrigatório promoveria a participação de todo o corpo social.

Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski

CONCLUSÃO

Conforme dito anteriormente em discursos de outros integrantes de nossa equipe, vale ressaltar que a ignorância dos jovens na política, se dá com a junção de vários fatores, sendo um deles o mais discutido, a falta de educação política enquanto prioridade na vida dos jovens. Essa ausência de uma boa educação consciente, gera problemas como a falta de patriotismo, senso de pertencimento e responsabilidade pela nação, dado esses fatores, há como grande chance o surgimento de uma sociedade alienada.

A exemplificação dessas consequências é muito bem demonstrada na música “Até quando” de Gabriel O Pensador. Com os seguintes versos ele respalda nossas principais

críticas perfeitamente: “Vem, vamos embora, que esperar não é saber. Quem sabe faz a hora, não espera acontecer”. Nesses dois versos, podemos perceber que o eu lírico se refere a um personagem que não está tomando atitude a respeito de algo, se encontra estagnado, sem posicionamento ou possível pensamento crítico. Com isso, quando defendemos uma possibilidade de tornar o voto - que é um dos maiores modos de expressão e influência que a sociedade tem perante a realidade de seu país - estamos negligenciando um posicionamento, e consequentemente, o futuro da nação.

Em suma, dada essa percepção, manter o voto como obrigatoriedade evita o possível surgimento de uma sociedade alienada, assim como problemas de exclusão social. O voto tem o poder de coesão na sociedade, um dos pilares mais importantes para a democracia brasileira, pois um país não se sustenta como membro, apenas como corpo. Portanto, discussões a respeito de política e movimentos de conscientização que já existem, podem ser aprimorados para uma maior visibilidade e maior presença principalmente para indivíduos nessa faixa etária. Dessa forma, para consolidar este modelo, é imperativo que o Estado promova uma inclusão qualitativa. Propõe-se que o Ministério da Educação, em articulação com a Justiça Eleitoral, amplie programas de educação política. O Brasil não se faz como porcentagem parcial na democracia, mas em sua integralidade no posicionamento: “estamos negligenciando um posicionamento, e consequentemente, o futuro da nação.”

Júlia Ferreira Silva

TESE CONTRA - DEVE SER FACULTATIVO

INTRODUÇÃO

Antes de debater se o voto deve ou não ser obrigatório, é preciso responder uma pergunta fundamental: o que torna um voto verdadeiramente legítimo?

É justamente esse questionamento que Hannah Arendt desenvolve em sua obra “*A Condição Humana*”, onde analisa as condições que tornam a ação política significativa. Uma frase que sintetiza esse pensamento é:

“A ação política só possui significado quando exercida de forma autêntica e voluntária — um gesto político arrancado pela coerção não é ação, é comportamento mecânico, esvaziado de sentido.”

Hannah Arendt — A Condição Humana.

Sob essa ótica, em “História da Sexualidade, vol. 1”, Michel Foucault afirma que o poder não envolve tudo por uma força central, mas porque vem de todos os lugares. Quando o Estado torna o voto compulsório, ele exerce exatamente esse poder sobre o corpo político — normatizando a participação e mascarando, sob a forma de obrigação cívica, aquilo que deveria ser uma expressão genuína de soberania popular.

Esse argumento encontra respaldo inclusive em documentos institucionais brasileiros. A própria Consultoria Legislativa do Senado Federal, no artigo “Vantagens e Desvantagens do Voto Obrigatório e do Voto Facultativo”, reconhece que o voto facultativo representa a plena aplicação do direito de expressão — caracterizando-se mais como um direito subjetivo do cidadão do que um dever cívico. Para ser pleno, esse direito deve compreender tanto a possibilidade de votar quanto a liberdade de abster-se sem sofrer qualquer sanção do Estado.

Nessa mesma direção, o filósofo Jason Brennan nos lembra que nem todo voto agrega valor à democracia — uma participação desinformada ou coagida pode ser tão prejudicial quanto a ausência dela.

Ana Luísa Galante

RÉPLICA

Prezados senhores, ao analisarmos a estrutura democrática do nosso país, é necessário reconhecer que o sistema de voto obrigatório está longe de favorecer a cidadania, e também desestimula o engajamento do cidadão e desestimula o debate público acerca do processo eleitoral no Brasil. Ao obrigar o cidadão a votar, cria-se na prática, um “público cativo”, o que elimina a necessidade fundamental de os partidos políticos buscarem o convencimento real do eleitor. Como alerta o cientista político Robert Dahl, a participação forçada é intrinsecamente problemática, pois compromete a autenticidade da escolha democrática. Quando o Estado coage o indivíduo a comparecer às urnas sob ameaça de punição, como multas por exemplo, ele ignora que a democracia se sustenta na qualidade da deliberação e no engajamento voluntário, não na condição de sufrágios reduzidos a um mero formalismo político.

Senhores, quantidade não é qualidade! Isso resume didaticamente o meu discurso.

O modelo atual opera sobre uma lógica paternalista, tratando o eleitor como um tutelado que precisa ser constantemente conduzido à urna. Com isso, ao discutirmos o voto facultativo no Brasil, como proposto por Giovanni Sartori, em sua obra "A Teoria da Democracia Revisitada (vol. 1)" somos levados a compreender que, quando a participação é baixa, a responsabilidade não deve recair sobre o cidadão, mas sim sobre o sistema político que falhou em representá-lo. É aqui, senhores, que devemos nos debruçar sobre a lucidez poética da canção "SAMPA" de Caetano Veloso no verso: "Narciso acha feio o que não é espelho". Se o eleitor não encontrar no sistema político um "espelho" de seus valores e necessidades, ele naturalmente se ausenta, ou seja, se o povo não comparecer ao processo eleitoral, o problema não está no eleitor, mas no sistema que deixou de inspirar a confiança.

Sendo assim, parafraseando o ilustre filósofo Isaiah Berlin, senhores, "o direito de votar deve, por lógica democrática, conter em si o direito de não votar." Encerro meu discurso. Obrigada.

Jhully Emanuele Dos Santos Bernardes

TRÉPLICA

Destarte, o voto obrigatório pode ser entendido como antidemocrático na medida em que coage os cidadãos a participar do sistema eleitoral. José Afonso da Silva afirma que "o voto é o ato político que materializa, na prática, o direito público subjetivo de sufrágio. É o exercício deste". Em outras palavras, o voto não se resume ao comparecimento à urna: para além disso, ele precisa ser uma representação ativa da escolha do eleitor e de seus ideais. No momento em que se obriga alguém a votar, o voto perde exatamente esse caráter subjetivo da escolha e passa a ser visto como um fardo por boa parte da população. Isso fica em evidência quando analisamos o número de abstenção na última eleição, que foi de cerca de 20% nos dois turnos. Em contrapartida, ao se dar a possibilidade de não votar, o ato se torna pedagógico, como afirma o doutor em direito da Paraíba Rubens Pinto Lyra, "O voto facultativo, ao dar liberdade de escolha, promove a autonomia do indivíduo, que se torna protagonista do seu próprio aprendizado cívico." Desse modo, ao invés de apenas cumprir uma obrigação coercitiva, o eleitor passa a como dito anteriormente, materializar de fato o seu direito ao sufrágio, passando por um

processo pedagógico que necessita a formação de um pensamento crítico e representa uma opinião real, não um voto compulsório, muitas vezes decidido na hora da urna.

Nicolas Accioly Gavazzoni Malanski & Érico Presas Michaltchuk

CONCLUSÃO

Diante dos argumentos apresentados, torna-se evidente que a defesa do voto facultativo não representa um enfraquecimento da democracia, mas sim um aprofundamento de sua legitimidade.

Isso porque a democracia não pode ser sustentada apenas pela quantidade de participantes, mas pela qualidade da participação política. Sob essa perspectiva, o voto deve ser compreendido, antes de tudo, como um direito fundamental, e não como uma obrigação imposta pelo Estado. Como propõe John Rawls, uma sociedade justa deve garantir liberdades básicas que não sejam restringidas sem necessidade. Nesse sentido, obrigar o cidadão a votar, ainda que ele possa anular ou votar em branco, revela uma contradição: impõe-se o comparecimento, mas não se assegura a consciência do ato.

Além disso, é fundamental considerar o chamado paradoxo das sanções no contexto brasileiro. As penalidades associadas ao não comparecimento eleitoral impactam, sobretudo, as camadas médias e altas, enquanto possuem baixo efeito prático sobre as populações mais vulneráveis. Assim, a obrigatoriedade não cumpre plenamente sua função de inclusão, podendo, inclusive, distorcer a participação política.

Outro ponto central reside na compreensão do comportamento eleitoral. A ausência nas urnas não deve ser interpretada apenas como apatia, mas também como uma forma legítima de manifestação política. O não comparecimento pode representar crítica, desconfiança ou insatisfação com o sistema, e forçar a participação acaba por silenciar esse sinal importante para o próprio funcionamento democrático.

Ademais, a qualidade da democracia está diretamente ligada à formação de cidadãos críticos. Nesse sentido, investir em educação midiática e informacional torna-se mais eficaz do que impor a participação. Dados recentes indicam que ainda há lacunas significativas na capacidade dos jovens de avaliar informações, identificar conteúdos tendenciosos e compreender o impacto de suas escolhas políticas. Sem esse preparo, o voto obrigatório tende a gerar participação formal, mas não necessariamente consciente.

Portanto, conclui-se que a democracia se fortalece quando o cidadão participa por convicção, e não por coerção. O voto facultativo, ao respeitar a liberdade individual e valorizar a participação consciente, contribui para um processo político mais autêntico, crítico e alinhado aos princípios de uma sociedade verdadeiramente democrática.